

Relações de explicação e determinação no liame entre língua e discurso: uma discussão teórica sobre a objetividade e a subjetividade

Ismael Ferreira-Rosa*

A Linguística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito.

(Michel Pêcheux)

Resumo: Este artigo, de natureza precipuamente teórica, tem por objetivo analisar as relações de explicação e determinação, estabelecidas nos mecanismos de encaixe e articulação da língua, observando as questões de objetividade e subjetividade. Tomando por base a teoria materialista do discurso proposta por Michel Pêcheux, enquanto “uma teoria não subjetivista da subjetividade”, mostraremos como processos nocionais-ideológicos, por um lado, e processos conceptuais-científicos, por outro, constituem-se em processos discursivos. É nosso fito escrutinar as sinuosidades estruturais da

* Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia e atualmente cursando período-sanduiche na Université Paris 13 – Villetaneuse, como o apoio da CAPES. Mestre em Linguística e Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Uberlândia e professor de Língua Inglesa no Centro de Línguas da Universidade Federal de Goiás – Câmpus Catalão. É membro integrante do Laboratório de Estudos Polifônicos (LEP) da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português (GEPHPOR) da Universidade Federal de Goiás – Câmpus Catalão. E-mail: ismfero@gmail.com

Língua, no imo dos pressupostos pecheutianos, apontando que, subjazida à objetividade da construção lógica da materialidade dessa língua, existe a subjetividade que se (des)constrói pelo e no funcionamento discursivo que se desenvolve sobre essa materialidade, em que, por exemplo, processos ideológicos simulam processos científicos, produzindo efeitos de sentidos. Destarte, é também nosso escopo explicitar a percepção analítica da Análise do Discurso de linha francesa (ADF) acerca das contradições, das desigualdades, das incongruências, das incoerências, das dissimetrias, das ambiguidades que se instauram nos encaixes e articulações das partes sintagmáticas da língua.

Palavras-chave: Determinação. Explicação. Objetividade. Subjetividade. Análise do Discurso de linha francesa.

Résumé: Cet article théorique vise à analyser les relations de explication et de détermination établis dans les mécanismes d'articulation et de jointure de la langue, en notant les questions d'objectivité et de subjectivité. En fondant sur la base de la théorie matérialiste du discours proposé par Michel Pécheux, tandis que « une théorie non subjectiviste de la subjectivité », nous montrons comment des processus notionnelle-idéologiques, d'une part, et des processus conceptuels et scientifiques, d'autre part, constituent en processus discursifs. Notre objectif est examiner les sinuosités de la structure de la langue, à partir des suppositions pecheutiennes, en soulignant que sous-tenu à l'objectivité de la construction logique de la matérialité linguistique, il ya la subjectivité que se (dé)construit par et dans le fonctionnement discursive que se développe sur la matérialité dans lequel, par exemple, des processus idéologiques simulent des processus scientifiques, en produisant des effets de sens. Ainsi, notre but est expliciter la perception analytique de l'Analyse du discours de ligne française (ADF) sur les contradictions, les inégalités, les incongruités, les incohérences, les dissymétries, les ambiguïtés qui sont établies dans las jointures et las articulations de le parts syntagmatiques de la langue.

Mots-clés: Détermination. Explication. Objectivité. Subjectivité. Analyse du discours de ligne française.

Assim dizia Saussure (2006, p. 29): “eliminemos dela [língua] tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo ‘Linguística externa’”. Elidam-se “as relações que podem existir entre a história duma língua e duma raça ou civilização”; “as relações existentes entre a

língua e a história política”, não obstante a percepção de que “grandes acontecimentos históricos, como a conquista romana, tiveram importância incalculável no tocante a inúmeros fatos linguísticos”; como também suprimam-se “as relações da língua com instituições de toda espécie, a Igreja, a escola etc. [...] enfim, tudo quanto se relaciona com a extensão geográfica das línguas e o fracionamento dialetal” (p. 30).

Foi mediante esse gesto epistêmico que, no encetamento da Linguística enquanto campo científico de saber, operou-se o corte epistemológico que difere linguagem de língua e esta de fala, definindo, desse modo, o objeto de estudo da Linguística e promovendo-a ao *status* de ciência. Se a linguagem “é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social” (SAUSSURE, 2006, p. 17), e, portanto, não passível de classificação em nenhuma categoria de fatos humanos e de atribuição de uma unidade, não deve ser o objeto de estudo da Linguística.

Para ser esse objeto, é imprescindível a homogeneidade, a unidade, a naturalidade lógica, enfim uma estrutura estável e palpável, quesito positivista para o posto de ciência entre os demais campos de saber.

Destarte, é a língua, em detrimento da fala¹, que deve ocupar o lugar de objeto de estudo, pois é sistêmica, “é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 17). “É um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito”, instaurando-se

¹ O linguista genebrino propõe o par *langue* (língua) – *parole* (fala) também como uma forma de apuração do objeto da Linguística, estabelecendo uma oposição dicotômica entre elas, em que língua é sistêmica, objetiva e social; ao passo que a fala é variável, acidental, acessória e individual, imanente a cada falante, e, portanto, não deve, assim como a linguagem, assumir o posto de objeto de estudo da ciência linguística.

a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la [...]. A língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica [...], [e] é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo (p. 22-23).

De tal modo, Saussure, no imo desse corte, relega, pelos claros motivos positivistas de se instaurar uma ciência, a exterioridade constitutiva e influente da/na língua, como também o sujeito² e sua subjetividade frente aos fatos linguísticos. Por conseguinte, um ato metodológico e uma escolha teórica que não extirpam o mérito do posicionamento conceptual do precursor da Linguística, tendo em vista a impreteribilidade dos caracteres da homogeneidade, invariância e empiria na definição do objeto de estudo de uma disciplina com pretensão à cientificidade.

Contudo, ao se definir e delimitar esse objeto de estudo por tal ótica sistêmico-linguística, assomando a língua à unidade da linguagem e hermetificando-a no âmbito da abstração estrutural e da homogeneidade, sem considerar os influxos de sua exterioridade constitutiva, pontos de deriva, ulteriores aos limites do objeto língua e intrinsecamente vinculados àquela dirimida exterioridade, retornam incessantemente à prática científica da Linguística:

- Como realizar um estudo objetivo-científico das línguas, independentemente de existir ou não ciência, independente-

² O sujeito, concebido na esteira teórica do linguista como indivíduo, não passa de um usuário desse sistema abstrato de signos regido por regras próprias para o estabelecimento de comunicação com outros indivíduos, servindo esse sistema como mediador entre pensamento e som, um construtor de unidades para as massas amorfas e nebulosas do pensamento (Cf. SAUSSURE, 2006, p. 131). Com efeito, a língua “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p. 22)

mente de existir ou não filosofias, idealistas ou materialistas, considerando-se apenas o fato de que os homens falam e se falam é por que línguas existem (PÊCHEUX, 1997), línguas passíveis de estudos e descrições à revelia de laivos socioideológicos e histórico-culturais?

- Por que, para além dos limites de seu domínio, a Linguística é sempre solicitada acerca de questões, dentre outras, como: i) constituição do sujeito e de sua subjetividade pelo, no e com o sistema da língua; ii) instauração de sentidos na e pela língua; iii) formação ideológico-nocional no viés linguístico; iv) construção de identidades nas práticas linguísticas; v) extratificação socioespacial nos fatos da língua; vi) efeitos das realizações linguísticas nas práticas socioculturais e econômicas dos homens?

E a ciência da língua, eminentemente conclamada por Saussure (2006, p. 30) como “Linguística interna”, não conseguiu evitar e nem mesmo se desviar desses pontos de deriva da Linguística externa, acima aludidos, “com um simples ‘eu não sou o que vocês estão pensando’, [...] reforçando as defesas de suas fronteiras”, como já asseverava Pêcheux (1997, p. 87) na segunda metade do século XX.

Ora, esses pontos ulteriores e exteriores, que parecem consubstanciar nas questões língua-sentido-sujeito-ideologia, não são fortuitos ou interpelam o campo teórico da Linguística, absolutamente por acaso. Conforme já anunciava Lênin, citado por Pêcheux (1997, p. 87), “a língua sempre vai onde o dente dói”, percepção aludível ao fato de que “o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há ‘alguma coisa por trás’, confirmando a não-resolução” (p. 87-88) e ratificando a constitutividade de tal questão no interior do domínio da língua.

Poderíamos, então, acordando com Pêcheux (1997, p. 88), asseverar que a Linguística não seria afetada por essas questões “se ela não tivesse

se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu próprio interior". Foi na instauração desse campo teórico, enquanto ciência, que se estabeleceu, por exemplo, "um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de *banir de suas fronteiras a questão do sentido*". Portanto, questões de ordem semântica com as quais se depara "constituem, assim, o que se poderia chamar de um retorno às origens de uma ciência (retorno daquilo que ela [Linguística] teve que se separar para se tornar o que é) nessa mesma ciência" (PÊCHEUX, 1997, p. 88). Uma volta marcada por discussões epistemológicas e filosóficas sobre os modos concepcionais pelos quais se entende língua, materialidade, objetividade, subjetividade e a produção de sentidos.

Destarte, não há como se esquivar, em nome de uma objetividade empírica e absoluta, do devir (des)construtor do homem, de sua história, de sua memória, de seu lugar socioespacial, de seu tempo, enfim de sua subjetividade instaurada na, pela, com, aquém e além da materialidade linguística desse sistema estrutural de signos, mediante o qual sujeitos estabelecem interação com o mundo, com os outros e consigo mesmos.

Afinal que objetividade tão evidente, homogênea, imparcial e invulnerável a influxos exteriores poderia ser esta, prerrogada pelos cientistas estruturais-sistêmicos dos estudos da linguagem? Que estrutura tão palpável, invariável, ressaltante a qualquer percepção subjetiva poderia ser esta, construída pela abstração e delimitação dos aportes conceptuais da Linguística?

Com efeito, a interioridade abstraída e consubstanciada nessa estrutura não conseguiu, no avançar das instâncias temporais e mutar das instâncias espaciais, delir o campo que havia deixado descoberto, em nome da cientificidade: a exterioridade sentidural (des)construtora de subjetividades.

Um enunciado como "A terra gira"(PÊCHEUX, 1993, p. 73), considerado em sua estrutura fono-morfossintática e semântica,

em hipótese alguma, seria reputado anomalias linguísticas. Não se encontrariam problemas em sua materialidade linguística, pois o verbo *girar*, enquanto indicador accional de um movimento de rotação, exige um argumento desvelador do agente que realiza tal movimento, neste caso, preenchido pelo item lexical *terra*, que remete a um objeto do mundo, denominador do espaço planetário em cujos domínios vive a humanidade, asseverando que esse espaço gira, realiza movimentos de rotação.

Mas será que um linguista pré-copernicano, mesmo conhecedor da teoria sistêmica da língua, analisaria tal enunciado, como o fizemos, atribuindo-lhe uma evidente normalidade e aceitabilidade linguístico-semântica? Certamente não. Teria visto uma incompatibilidade entre as partes sintagmáticas da estrutura e declarado o enunciado anômalo, pois o item lexical selecionado não poderia realizar a ação giratória indicada pelo verbo.

Nesse sentido, observa-se que para além da materialidade linguística, existem os efeitos que essa materialidade produz; efeitos que se produzem por e para sujeitos. Isto quer dizer que ulterior a estrutura e a organização sintático-semântica da língua, é necessário que se observem mecanismos discursivos incidentes sobre essa língua, tornando os enunciados (im)possíveis, (in)aceitáveis, (ir)realizáveis, (in)verdades. Devem-se considerar os influxos do contexto socioideológico e científico sobre a materialidade da língua, provocando (des) identificações do sujeito com o que está sendo dito ou não dito nas relações de encaixe e articulação dos elementos linguísticos.

Consequentemente, mais do que a apreensão de uma estrutura material, sistemicamente organizada, é preciso ponderar os processos discursivos que se desenrolam sobre essa materialidade. De fato, existe uma base linguística, comum aos sujeitos, enquanto um “conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, [...] dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas”

(PÊCHEUX, 1997, p. 91). Seja para um materialista ou idealista, para um revolucionário ou reacionário, “para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento”, o sistema da língua é o mesmo. Contudo,

não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 1997, p. 91).

É sobre a base daquelas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, processos esses que, segundo Pêcheux (1997, p. 93), não se configuram como “expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos”. Tampouco, a discursividade, enquanto atividade accional desses processos, produtora e (des)construtora de efeitos de sentidos e de subjetividades, poderia confundir-se com a fala, como atividade individual e concreta de realizar a língua. Desse modo, não se remete a um uso, a uma utilização ou a realização de uma função.

Mas todo processo discursivo emerge de e em um complexo ideológico, marcado por relações contraditórias, por relações de desigualdade-subordinação, inerentes às forças materiais das ideologias que constituem indivíduos em sujeitos, fazendo-os (des)identificar com os (não)ditos das materialidades linguísticas.

Sendo assim, para além do preenchimento de estruturas verbais pelo encaixe de argumentos e a articulação sintática desses argumentos, efeitos se constroem; contradições se instauram; subjetividades se instituem. E todas essas construções se edificam no campo da língua no crivo de contradições ideológicas que “são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre

si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes” (PÊCHEUX, 1997, p. 93); relações que reclamam imperiosamente a presença de sujeitos, inscritos em dadas organizações socioculturais e históricas.

Para desvelar como tais construções se desenvolvem sobre a base material da língua, mediante os processos discursivos instaurados no movimento língua-ideologia-sujeito-história-sentido, analisaremos, neste artigo, as relações de explicação e determinação, estabelecidas nos mecanismos de encaixe e articulação da língua. Tendo por base a teoria materialista do discurso proposta por Michel Pêcheux (1993, 1997, 2006, PÊCHEUX; FUCHS, 1993), enquanto “uma teoria não subjetivista da subjetividade”, mostraremos como processos nocionais-ideológicos, por um lado, e processos conceituais-científicos, por outro, constituem-se em processos discursivos.

É nosso fito escrutinar as sinuosidades estruturais da língua, no imo dos pressupostos pecheutianos, apontando que, subjazida à objetividade da construção lógica da materialidade dessa língua, existe a subjetividade que se (des)constrói pelo e no funcionamento discursivo desenvolvido sobre essa materialidade, em que, por exemplo, processos ideológicos simulam processos científicos, produzindo efeitos de sentidos.

Destarte, temos por escopo explicitar a percepção analítica da Análise do Discurso de linha francesa (ADF) acerca das contradições, das desigualdades, das incongruências, das incoerências, das dissimetrias, das ambiguidades que se instauram nos encaixes e articulações das partes sintagmáticas da língua.

Ora, em uma ótica lógico-formal, em que se articulam pressupostos teóricos sobre a linguagem, filosofia e lógica, a exemplo dos estudos de Gottlob Frege (1948), essas contradições, desigualdades, incongruências, incoerências, dissimetrias, ambiguidades concernem à vinculação consubstancial entre o funcionamento da língua e o

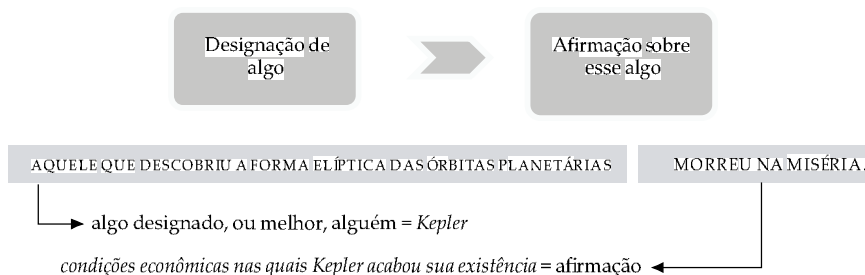
funcionamento do chamado por Frege de pensamento³, em que o primeiro induz no pensamento uma ilusão (posição de existência). E essa ilusão decorre de uma imperfeição da linguagem, pressupondo, então, que “a linguagem ‘natural’ é mal feita e contém armadilhas e ambiguidades que podem desaparecer numa artificial ‘bem feita” (PÊCHEUX, 1997, p. 97). Uma concepção logicista, que rendeu muitos trabalhos que intentaram, por exemplo, “liberar *as matemáticas* dos efeitos da linguagem natural”.

Entretanto, não é esta concepção de perfeição/imperfeição, esta possibilidade de liberar a linguagem “natural” de suas ilusões em geral, que baliza a teoria materialista do discurso. Se assim o fosse, “as oposições ideológicas (e, sob certos aspectos, políticas) resultariam, ‘na realidade’, de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a ‘problemas sem pé nem cabeça’ dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho” (PÊCHEUX, 1997, p. 97).

Na verdade, essas oposições/ambiguidades decorrem dos processos discursivos que desenvolvem sobre a base material da língua. Se tomássemos, o enunciado de Frege, citado por Pêcheux (1997, p. 95-96), “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”, poderíamos, lógico-linguísticamente, distinguir a presença de dois elementos:

De fato, uma realidade construída (o sentido assertível expresso pela segunda parte do enunciado) que não condiz muito com descoberta das

³ Para Frege, pensamento não deve concebido enquanto o processo subjetivo imane ao ato de pensar, mas enquanto aquilo que é objetivo e pode ser compartilhado por diferentes indivíduos, conforme o próprio autor afirma em nota de rodapé: “By a thought I understand not the subjective performace of thinking but its objective content, wich is capable of being the common property of several thinkers” (FREGE, 1948, p. 214). Com efeito, o pensamento é construído pela proposição em seu todo, produzindo um sentido assertível, portador de verdade.



leis do movimento dos planetas, a não ser que pensemos e construamos uma percepção interpretativa, por exemplo, no imo de uma ótica religiosa ou moral. Nesse mirante, divisando pelos crivos ideológicos que constituem tais óticas, vislumbraremos a miséria enquanto uma contraparte do gênio, um castigo pela avidez pelo conhecimento, entendendo este último como uma transgressão, o que então construiria um sentido, principalmente transformando a relação designativa para explicativa: “*Kepler*, que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias, morreu na miséria”.

Contudo, Frege não se preocupa com a existência de qualquer relação de sentido entres essas duas partes que compõem o enunciado em questão. “Seu interesse se restringe à *relação formal* existente entre a ‘proposição em se todo’ [...] e a subordinada que nela se inscreve como objeto de pensamento” (PÊCHEUX, 1997, p. 96). Importa-lhe a ilusão que esse objeto de pensamento induz no pensamento: a existência de alguém absolutamente único, *Kepler*. Um astrônomo alemão, nascido em 1571 e que morreu em 1630.

Desse modo, o que interessa é o fato do objeto de pensamento pressupor a existência de um objeto real que ele designa, tendo em vista que quando se faz uma afirmação, é presumido que os nomes próprios empregados tenham uma denotação (Cf. FREGE, 1978, p. 115 *apud* PÊCHEUX, 1997, p. 98).

Por conseguinte, enunciados como “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu” (PÊCHEUX, 1997, p. 98), seriam to-

talmente desprovidos de qualquer sentido. Entretanto, por exemplo, no discurso do ateísmo, esse dito não seria uma negação, na proposição em seu todo, da existência daquele mesmo que se pressupõe, aos moldes do discurso do cristianismo, como existente na subordinada?

Com efeito, essas percepções, ou melhor, esses efeitos de sentido não proveem absolutamente da/na objetividade do enunciado. Antes derivam de processos discursivos, da presença de sujeitos que constroem um olhar sobre o dito, (des)identificando-se com o asseverado, e instaurando-se, assim, subjetividades. Portanto, sobre a objetividade material da língua, a exemplo da estrutura argumental *aquela que x*, construindo relações designativas, no encaixe de termos sintagmáticos, em que se designa algo e se afirma alguma coisa sobre esse algo, é necessário “considerar que há *separação, distância* ou *discrepância* na frase entre *o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase*” (PÊCHEUX, 1997, p. 99).

Isto quer dizer, que é preciso considerar o pré-construído, termo proposto por Paul Henry (1992), enquanto uma construção anterior, exterior, mas sempre independente ao que é construído pelo enunciado, ou seja, o efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático. Nessa perspectiva, a ilusão não pode tomada como um puro e simples efeito da construção sintática, constituindo uma imperfeição da linguagem, mas

o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamaremos “pré-construído”, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí (PÊCHEUX, 1997, p. 99).

E esses domínios de pensamento não são conteúdos de pensamentos extrínsecos à linguagem que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento. “Na verdade, todo ‘conteú-

do de pensamento' existe na linguagem, sob a forma do *discursivo*" (PÊCHEUX, 1997, p. 99). Em outras palavras, no encaixe sintático *aquele que*, produzindo uma determinação, dois domínios de pensamento se constroem: designação de algo + afirmação sobre esse algo. Na articulação desses domínios, relações dissimétricas por discrepância se instauram, a exemplo dos enunciados já citados no decorrer deste artigo: descobrir a lei dos movimentos planetários + morrer na miséria; salvar o mundo pela morte de cruz + nunca existir. Ou seja, relações de desigualdade construídas pela divergência de conteúdos de pensamento, em que um conteúdo irrompe no domínio do outro, como o impensado do pensamento, impensado que necessariamente é pré-existente e exterior à base linguística.

Essa irrupção vincula-se a elementos pré-existentes ao asseverado, ao designado, construindo um pensamento no crivo da unicidade, elementos que necessariamente circunscrevem a uma ordem discursiva, mas que se manifestam no encaixe sintático, desvelando contradições, (o)posições próprias do funcionamento ideológico na base linguística. Evidenciando melhor, podemos dizer que no exemplo "Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria", o algo designado, construído por uma relação determinativa, remete a alguém único. De fato, a subordinada ratifica a unicidade de existência do sujeito Kepler (aquele e somente aquele, a única pessoa que *descobriu* as formas do movimento planetário). E para além dessa construção, conteúdos de pensamento veem à tona da superfície material da formação da hipotaxe: um gênio, alguém de uma inteligência e de uma percepção intelectual muito refinada, de esclarecimento, de sucesso, etc. Designações não expressas linguisticamente, mas que emergem discursivamente pela exterioridade e identificação do sujeito com o que está sendo enunciado.

Contudo, ao se articular uma afirmação sobre esse algo designado, *morreu na miséria*, um conteúdo outro de pensamento, contradi-

tório e discrepante, irrompe na construção subordinativa, revelando uma relação dissimétrica, enquanto um impensado, algo que não estava relacionado ao conteúdo de pensamento da unicidade, da genialidade, do êxito. Mas um impensado pré-existente, anterior e exterior ao sujeito que se (des)identifica com este enunciado. Um impensado construído por e em discursividades, advindas, por exemplo, das práticas dogmático-morais do discurso religioso, que prerrogam a miséria, um castigo, uma provação como pena pelo conhecimento, pois este nada mais é do que uma transgressão às leis divinas, tendo em vista que somente a divindade e seus sacerdotes são quem devem ser os detentores e formadores do conhecimento.

Por outro lado, de um mirante filosófico-moral concernente a práticas ontológicas, por exemplo, o desapego a questões materiais, ao acúmulo monetário, são características de um pensador, de um intelectual, pois o que lhe é mais valioso é o conhecimento, a construção do saber. Destarte, morrer na miséria nada mais é do que uma contraparte da genialidade.

Sendo assim, minimamente, dois pré-construídos, enquanto construções anteriores e exteriores, instaurados no encaixe sintático, deixam se revelar discursivamente para além da objetividade da base material da hipotaxe em questão: um primeiro, que negativamente, instaura um efeito discursivo de punição ao conhecimento; e um segundo que revela positivamente o desapego, a supremacia do conhecimento que não se amarra a questões materiais.

Mais do que uma oposição, à primeira vista, meio sem sentido, o encaixe sintático, instituidor de relações determinativas, demonstra o funcionamento ideológico e histórico nos meandros de articulação das partes linguísticas que compõe o enunciado, desvelando construções pré-construídas que, para além da base material, instauram efeitos discursivos que fazem sujeitos (des)identificarem com do dito.

Nessa perspectiva, muito mais do que revelar a unicidade de um nome próprio, colocar em evidência o referente Kepler, a relação determinativa, construída pelos encaixes sintáticos *aquele que x*, *o que x*, instaura efeitos de sentidos, manifestando contradições, desigualdades, discrepâncias, dissimetrias, próprias do funcionamento ideológico. Mesmo que domínios científicos, como a Astronomia, Geografia, História, enquanto práticas científicas que “forneçam o Estado Civil do Universo, tratando a ‘realidade’ como o conjunto das ‘coisas’, sendo cada uma designada por seu *nome próprio* como *Kepler, Berlim, Vênus*” (PÊCHEUX, 1997, p. 100), intentem, em nome de uma cientificidade e neutralidade, extirpar a subjetividade pela objetividade, não conseguem dissimular ou mesmo ocultar o funcionamento ideológico que revela contradições e relações dialéticas no próprio encaixe sintático.

O exemplo citado por Frege é um enunciado que pode ser encontrado em relatos históricos, textos biográficos, ensaios científicos, pretendendo evidenciar a unicidade de Kepler, a descoberta singular de tal físico. Todavia, no próprio encaixe sintático, pré-construídos irrompem, construindo efeitos discursivos por e para sujeitos que entram em contato com esse dito. Efeitos ligados a processos identificatórios com o enunciado, não pela via da unicidade do descobridor da movimentação planetárias, mas com o asseverado sobre esse descobridor. Alguns se identificam positivamente com Kepler, porque a genialidade não é da ordem da materialidade, do acúmulo de bens, mas da ordem do transcendente, da construção de um saber, da imortalidade pelo conhecimento. Outros podem se identificar negativamente, tendo em vista que, colocar-se no lugar da divindade, procurando desvendar os mistérios do universo, é transgredir a leis, as doutrinas, o que redundará tão somente em punições e castigos.

Mesmo que a objetividade tencione sobrepujar à subjetividade, a língua só se faz por e para sujeitos, língua que, nos próprios me-

do, esta constitui “a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base”. Na verdade, “uma evocação simulada que introduz, sub-repticiamente, um novo ‘pensamento’” (p. 111); um apontamento para um outro lugar, já sabido e conhecido: saberes sobre a densidade, peso dos corpos, comprovações científicas da massa volumar de que é formado um objeto, etc. A introdução da explicativa instaura, no caso do exemplo retomado de Frege por Pêcheux, um efeito de sustentação que instaura sentidos de cientificidade, legitimidade asseverativa.

Ora, afirmar que *O gelo flutua sobre a água*, e construir um encaixe sintático em que se introduz uma relativa explicativa “O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água”, seguramente não têm o mesmo sentido, não constroem a mesma discursividade. No segundo caso, a articulação das asserções apóia-se no processo de sustentação, constituindo uma espécie de *retorno do saber no saber* (PÊCHEUX, 1997, p. 111). Uma sustentação que se instaura por e para sujeitos, os quais, por seu turno, estabelecem processos identificatórios com o alegado pelo enunciado, no crivo da sub-repticialidade do científico, do saber construído pela proposição explicativa. Um saber que introduz um outro pensamento, de caráter mais geral que sustenta um particular (*Tudo que tem um peso inferior ao da água flutua sobre ela. Se o gelo é menos pesado que água, portanto flutua sobre a superfície líquida*).

Isso revela que é desse saber geral, isto é, desse conceito que se deve partir para o entendimento do enunciado, para a construção do asseverado (*O gelo flutua*). Dessa forma, desvela-se-nos o funcionamento ideológico inerente às práticas positivistas de fazer ciência: concepção de uma estrutura geral, conceitual, homogênea, invariável, a partir da qual se analisa os particulares, os singulares. Por conseguinte, mais que uma acidentalidade dispensável que apenas acresce algumas informações, a introdução de uma relativa explica-

tiva no enunciado de Frege constrói um relevante efeito de sentido: o da sustentação que simula o caráter científico da proposição base.

É-nos possível, de tal modo, antever que a construção dos sentidos não está na denotação de nomes próprios ou na lógica das asseverações, como propunha Frege, mas no encaixe sintático e articulação de proposições que constroem um efeito discursivo que aponta para algo que está antes, anterior e exterior à base material da língua.

É inegável, portanto, que nos dois funcionamentos – preenchimento dos lugares de argumentos de um predicado, formando enunciados e a articulação entre esses enunciados – existe uma passagem à discursividade. Sobre essa base linguística, processos discursivos se desenrolam, construindo efeitos de sentidos por e para sujeitos. Sendo assim, não é factível, em nome de uma objetividade, considerar que esses funcionamentos sejam neutros e que por seu caráter lógico-linguístico “os torna estrutura de base suscetíveis de ‘servir’, indiferentemente, às ciências e às ideologias” (PÊCHEUX, 1997, p. 124).

Com efeito, no próprio engendramento de manifestações verbais da língua o caráter dialético de seu conteúdo, construindo pensamentos, é evidenciado, revelando as contradições que lhe são constitutivas. É por ser contraditória, que a base material não é transparente, mas marcada pela não neutralidade, pela não indiferença, desvelando a descontinuidade ciências/ideologias. Consequentemente, o duplo funcionamento lógico-linguístico dos mecanismos de encaixe e articulação, produzindo, por exemplo, relações de determinação e explicação, “não é ‘neutro’ ou ‘indiferente’ com respeito à ideologia: podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente” (Cf. PÊCHEUX, 1997, p. 124). É uma simulação balizada pelo mascaramento de um outro elemento que não é nem lógico, nem linguístico, conforme vimos nas escrutinações que fizemos dos exemplos apresen-

tados por Pêcheux, isto é, a “*exterioridade-anterioridade* (pré-construído) ou [...] o ‘retorno do saber no pensamento’ que produz uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição do sujeito” (p. 125).

É justamente no ínterim dessas referidas relações de determinação e explicação, produzidas nos mecanismos de encaixe e articulação da base material da língua, que se constitui o pensável, formador desse outro elemento que é da ordem discursiva. Um elemento que remete ao funcionamento das representações e à construção do pensamento nos processos discursivos, instaurando efeitos de sentidos por e para sujeitos, mediante filiações identificatórias que demarcam tomadas de posição frente ao dizer.

Destarte, não se trata de considerar a produção de sentidos nem na língua, nem no sujeito. Mas no ínterim de um processo de identificação, observando a identificação do sujeito com aquilo que o representa, produzindo efeitos. É ponderando o funcionamento língua-sujeito-ideologia-história e imaginário nos meandros do encaixe e da articulação da materialidade linguística que então se pode conceber a linguagem. Não na hermetização, na homogeneidade, na estruturalidade, mas em sua opacidade, nas contradições que lhe constitui, considerando que para além de sua base objetiva, subjetividades são construídas e sentidos se instauram produzindo efeitos de (des)identificações.

Referências bibliográficas

FREGÉ, Gottlob. Sense and reference. *The Philosophical Review*, Volume 57, Issue 3, May, 1948. p. 209-230. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0031-8108%28194805%2957%3A3%3C209%3ASAR%3E20.CO%3B2-X>. Acesso em: 24 jun. 2002.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita* – língua, sujeito e discurso. Trad. Maria Fausta de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. "Análise automática do discurso (1969)". In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)". In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. Trad. A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 2006.